

6-15/10/2018
do Projeto de Lei nº 7218/2017, do deputado Nelson Pellegrino, sobre a terceirização, por meio de contrato de prestação de serviços, a fim de reduzir custos, para a redução da precariedade das relações de trabalho, tendo em vista a proposta legislativa, fazer com que as empresas prestadoras de serviço formem provisão para pagamento dos encargos trabalhistas, de forma a não prejudicar os empregos, de forma a receberem pelo serviço prestado.

TERCEIRIZAÇÃO. FORMAÇÃO COMPULSÓRIA DE PROVISÃO. PAGAMENTO A FUNCIONÁRIOS. CONSTITUCIONALIDADE PERANTE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. art. 1, III. VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO. ART. 1, IV. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI 7218 DE 2017, do deputado Nelson Pellegrino:

O parlamentar, dentre outros argumentos, aduz, dentre outros argumentos, que:

O avanço na terceirização, que tem sido usada exaustivamente pelas empresas, como instrumento para a redução dos custos, resulta na precariedade das relações de trabalho, tentando tal proposta legislativa, fazer com que as empresas prestadoras de serviço formem provisão para pagamento dos encargos trabalhistas, de forma a não prejudicar os empregos, de forma a receberem pelo serviço prestado.

DO TEXTO LEGISLATIVO EM PAUTA:

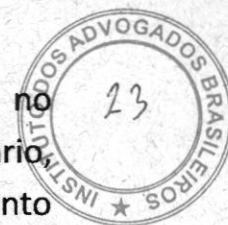
No artigo primeiro, da proposta legislativa, em pauta, é dito:

" ART. 1- As empresas de trabalho temporário e de prestação de serviços a terceiros, são obrigadas a manter conta bancária vinculada a cada contrato de prestação de serviços, com o fim específico de provisionar o pagamento das seguintes obrigações trabalhistas, relativas a seus empregados:"

DA MATÉRIA JURÍDICA A SER APRECIADA

O texto jurídico em pauta, vai ao encontro dos objetivos fundamentais da república, art. 3, I, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, IV, promover o bem de todos, de forma a respeitar de forma irrestrita a dignidade da pessoa, art. 1, III, pilar central de nosso ordenamento jurídico, no qual a valorização social do trabalho, como

contrapartida do serviço prestado, dentre outros direitos, resulta no pagamento aos empregados, haja vista a natureza alimentar do salário, sem o qual inexistiria subsistência digna, como impõe o mandamento Maior.



Ademais, a boa fé objetiva, ou seja, o dever de lealdade, cooperação, norte do contrato atual, exige das partes, transparência absoluta antes, durante e depois do contrato, de forma a fomentar a fidúcia, confiança, capital para o contratar de maneira a fazer circular as riquezas em uma sociedade.

CONCLUSÃO

Por estas razões, aprovamos o texto legal, pela sua conformidade aos princípios constitucionais, cá já citados.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2018

Alexandre Brandão Martins Ferreira

Alexandre B. Martins Ferreira